
**“OCUPA 1º DE MAIO”:
CIBERDEMOCRACIA, CUIDADO DE SI E SOCIABILIDADE NA ESCOLA**

"OCUPPY MAY 1":
CIBERDEMOCRACY, CARE OF SELF AND SOCIABILITY IN SCHOOL

"OCUPE 1 DE MAYO":
CIBERDEMOCRACIA, CUIDADO DE SI Y SOCIABILIDAD EN LA ESCUELA

Cleber Gibbon Ratto¹
Carla Lisbôa Grespan²
Oriana Holsbach Hadler³

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo problematizar as ocupações das escolas estaduais pel@s estudantes do Rio Grande do Sul que ocorreram nos meses de maio e junho de 2016. Tomamos como materialidade analítica a ocupação da Escola Estadual Normal 1º de Maio, localizada na zona norte de Porto Alegre, utilizando os conceitos “ciberdemocracia” de Pierre Lévy e “cuidado de si” de Michel Foucault e o pressuposto que estas mobilizações podem representar uma reativação do movimento estudantil e um novo uso do espaço público. As ocupações no Estado seguiram, em maior ou menor grau, as ocorridas em São Paulo, Rio de Janeiro e Goiás, tanto nas reivindicações contra a privatização do ensino público, da limitação da prática docente ou/e na busca por melhorias de infraestrutura, quanto no formato de organização, um movimento autônomo, autogerido, onde @s próprios estudantes realizam o trabalho necessário para o surgimento e consolidação da ocupação e na forma de mobilização através do uso de redes sociais virtuais. A mobilização através da ocupação potencializa o estar junto, visibilizando a necessidade da participação cotidiana para a construção da ação coletiva, através da reapropriação do espaço escolar, da horizontalidade nas interações, do protagonismo, das fruições culturais e do reconhecimento do outro.

PALAVRAS-CHAVE: Ocupações. Escola Pública. Ciberdemocracia. Cuidado de Si.

ABSTRACT

The purpose of this article is to problematize the occupations of state schools by the students of Rio Grande do Sul that occurred in May and June of 2016. We take as analytical material the occupation of the Normal State School 1º de Maio, located in the north zone Of Porto Alegre, using Pierre Lévy's "cyberdemocracy" concepts and Michel Foucault's "care of himself" and the assumption that these mobilizations may represent a reactivation of the student movement and a new use of public space. State occupations followed, to a greater or lesser extent, those in São Paulo, Rio de Janeiro and Goiás, both in the claims against the privatization of public education, the limitation of teaching practice and / or the search for infrastructure improvements, and

¹ Doutor em Educação - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS); Pesquisador do CNPq; Pesquisador e Coordenador - Programa de Pós-Graduação em Educação (Mestrado/Doutorado) - Centro Universitário La Salle (UNILASALLE). Professor colaborador - Mestrado Profissional em Reabilitação e Inclusão do IPA **Email:** cleber.ratto@unilasalle.edu.br

² Doutoranda em Educação - Centro Universitário La Salle – UNILASALLE. Professora da Rede Estadual de Ensino Médio. **Email:** carla.grespan@ufrgs.br **ORCID:** <http://orcid.org/0000-0003-0179-3156>

³ Doutoranda em Psicologia Social e Institucional - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) - Doutorado Sanduíche na University of Westminster, em Londres. **Email:** orianahadler@gmail.com

Submetido em: 24/11/2016 - **Aceito em:** 13/02/2017

In the form of organization, an autonomous, self-managed movement where the students themselves perform the work necessary for the emergence and consolidation of the occupation and in the form of mobilization through the use of virtual social networks. Mobilization through occupation enhances being together, making visible the need for daily participation in the construction of collective action, through the reappropriation of school space, horizontality in interactions, protagonism, cultural fruition and recognition of the other.

KEYWORDS: Occupations. Public school. Cyberdemocracy. Care of you.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo problematizar las ocupaciones de escuelas estatales por estudiantes de Rio Grande do Sul @ s que se produjeron en mayo y junio de 2016. Como materialidad analítica de la ocupación tomamos la Escuela Estado Normal 1 de Mayo, ubicada en el norte de Porto Alegre, utilizando los conceptos "ciberdemocracia" de Pierre Lévy, "cuidado de si" de Michel Foucault y la suposición de que estas manifestaciones pueden representar una reactivación del movimiento de estudiantes y un nuevo uso del espacio público. Las ocupaciones en el estado siguieron, en mayor o menor medida, las que tuvieron lugar en São Paulo, Río de Janeiro y Goiás, tanto en las demandas contra la privatización de la educación pública, la limitación de la práctica de la enseñanza y la búsqueda de mejoras en la infraestructura, como el formato de organización, un movimiento autónomo, auto-administrados, donde los propios estudiantes realizan el trabajo necesario para el surgimiento y consolidación de la ocupación y en la forma de movilización a través del uso de las redes sociales virtuales. La movilización a través de la ocupación desarrolla lo "estar juntos", permite la visualización de la necesidad de la participación diaria en la construcción de la acción colectiva a través de la reapropiación del espacio escolar, la horizontalidad en las interacciones, el papel, fruiciones culturales y el reconocimiento del otro.

PALABRAS CLAVE: Ocupaciones. Escuela Pública. Ciberdemocracia. Cuidado Si.

1 INTRODUÇÃO

No dia 11 de maio de 2016, alun@s do Rio Grande do Sul iniciam as ocupações das Escolas Estaduais. Em apenas dois dias, cinco escolas da capital gaúcha já estavam ocupadas – Protásio Alves, Júlio de Castilhos, Paula Soares, Ernesto Dorneles e Instituto de Educação General Flores da Cunha – e mais de mil estudantes, de Porto Alegre, Rio Grande e São Leopoldo, organizados pela União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes), realizavam plenária em frente ao Estádio Gigantinho (Porto Alegre), onde ocorria em paralelo, a Assembleia Geral d@s Professor@s Estaduais, na qual foi decretada greve da categoria.

Depois de muitos anos tínhamos duas assembleias, de estudantes e de professo@s, ocorrendo no mesmo dia, hora, local e com objetivos comuns:

1. Retirada da tramitação na Assembleia Legislativa/RS do PL 44/2016, que propunha a privatização de serviços públicos básicos;
2. Revogar o PL 190/2015, que visa adotar o "Programa Escola Sem Partido", que limita e controla as práticas docentes na educação básica, como por exemplo, a proibição de discussões sobre temáticas de gênero;

3. Regularização dos repasses de verba para a Rede Estadual de Ensino para o atendimento de demandas referentes às melhorias nas condições de trabalho e de infraestrutura.

A ocupação das escolas no Estado, que chegou a 150 unidades, guardadas as diferenças, tem relação direta com as ocupações ocorridas em São Paulo, Rio de Janeiro e Goiás, seja nas reivindicações contra a privatização do ensino público, na limitação da prática docente ou/e pela busca por melhorias de infraestrutura; seja no formato de organização, um movimento autônomo, autogerido, onde @s próprios estudantes realizam o trabalho necessário para o surgimento e consolidação da ocupação; ou na forma de mobilização através do uso de redes sociais virtuais.

Partindo do pressuposto que as ocupações das escolas estaduais podem representar uma reativação do movimento estudantil e um novo uso do espaço público, utilizamos para analisar esta mobilização os conceitos “ciberdemocracia” de Pierre Lévy e “cuidado de si” de Michel Foucault.

2 MOVIMENTOS SOCIAIS AUTÔNOMOS E A CIBERDEMOCRACIA

Os movimentos sociais são representações da organização da sociedade civil que atuam de forma coletiva contra a exclusão social, apontando as demandas de determinados grupos sociais. Na atualidade materializam-se nas passeatas e ocupações que podem produzir uma mobilização social e incentivar a consciência dos demais indivíduos. Para Maria Glória Gohn, “ao realizar essas ações, projetam em seus participantes sentimentos de pertencimento social. Aqueles que eram excluídos passam a se sentir incluídos em algum tipo de ação de um grupo ativo”. Mas, falar em movimentos sociais não significa falar de protestos sociais, ou seja, somente ir às ruas contra aumento das passagens ou corrupção política, pois representam ações casuais, mesmo com um grande número de pessoas e com representantes dos movimentos sociais incluem cidadãos/cidadãs comuns. (GOHN, 2011, p. 336).

A Parada do Orgulho Gay tem aumentado expressivamente a cada ano, desde seu início em 1995 no Rio de Janeiro, fortalecendo-se através de redes nacionais, como a ABGLT, de grupos locais e simpatizantes. A Marcha da Reforma Urbana, em Brasília (outubro de 2005), resultou não só da articulação de organizações de base urbana (Sem Teto e outras), mas também de uma integração mais ampla com a Plataforma Brasileira de Ação Global contra a Pobreza. A Marcha Mundial das Mulheres tem sido integrada por organizações civis de todos os continentes (SCHERER-WARREN, 2006, p. 112).

Segundo Maria Glória Gohn (2014) as características de um movimento social são: liderança, base, opositores e antagonistas, conflitos sociais, um projeto sociopolítico e demandas, estando estas, na maioria das vezes, ligadas à insatisfação quanto à má gestão administrativa estatal e a falta de políticas públicas nas áreas da educação, saúde, habitação, meio ambiente, segurança e direitos humanos.

Para “classificar” o movimento estudantil como um movimento social necessitamos de uma nova construção teórica sobre os movimentos sociais, sendo sempre arbitrária, pois estes se constituem em diferentes momentos socioculturais. Como aponta Gohn (1997) “não há uma teoria única, assim, como não há uma só concepção para o que seja um movimento social”. Assim, só podemos buscar laços entre as diversas concepções de movimento social e os movimentos estudantis. (GOHN, p. 327).

As principais características do movimento estudantil são: a transitoriedade, aqueles/as que compõem o movimento dedicam parte do seu tempo a essa luta e tem prazo determinado a sua militância, têm uma multiplicidade de identidades (gênero, raça/etnia, sexualidade, classe social, geracional) e o “estar estudante” não é perpétuo; a juventude; e a educação. Apesar destas características não devemos pensá-lo somente como uma “etapa”, pois em muitos casos, o movimento estudantil é a primeira atuação na militância política, não significando imaturidade ou insignificância desta militância, e sim, a valorização do papel potencialmente contestador da juventude.

Teóricos/as dos Novos Movimentos Sociais apontam que não devemos esperar processos de luta e mobilização contínuos e, sim “ciclos de protestos”, ações coletivas casuais, centradas nos/as ativistas e com tomadas de decisões durante o momento de luta. É o chamado movimento social autônomo, que tem como características: horizontalidade, distribuição de poder de forma igualitária entre os membros do movimento, e tática de ação direta empregada através de bloqueios, piquetes e ocupações. Esta tática de ação direta através das ocupações de espaços públicos recebeu visibilidade em 2011, com o *Occupy Wall Street* (EUA) e o *15M* (ESP). No Brasil ocorreu em 2013, com as Jornadas de Junho, através de bloqueios de ruas e avenidas a população protestou contra as péssimas condições de vida e os desmandos e arbitrariedades dos governantes.

As Jornadas de Junho abriram um ciclo de protestos intimamente ligado às ocupações das escolas em 2015, nos estados de São Paulo e Goiás, e em 2016, nos estados do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Paraná. Ocupando ruas, avenidas, espaços e equipamentos públicos, reivindicam pautas como o direito à mobilidade, à educação e sua insatisfação com o “Golpe Parlamentar” impetrado à Presidenta Dilma, a falta de

legitimidade do Governo de Michel Temer e a PEC 241 (atual PEC 55).

As mobilizações citadas têm elementos de continuidade, primeiramente a organização autônoma das juventudes e depois o valor pedagógico da luta política. Outra aproximação entre esses movimentos é a utilização das tecnologias de comunicação para mobilização e tática de contrainformação midiática, através das redes sociais virtuais. O apelo visual das comunicações e as manifestações nas ruas proporcionaram às ocupações a prática da ação coletiva cotidiana e do estar-junto, como também a participação e o protagonismo político das juventudes. Entende-se que estas características são intensificadas e tornadas possíveis pelos agenciamentos que se ampliam para além de fronteiras, a partir de uma relação com mecanismos tecnológicos contemporâneos.

Segundo Manuel Castells (1999), as sociedades pós-modernas passam por um momento histórico, que pode ser comparado à Revolução Industrial do século XVIII: a chamada Revolução Tecnológica produziu descontinuidades econômicas e sociais. “Pela primeira vez na história, a mente humana é uma força direta de produção, não apenas um elemento decisivo no sistema produtivo”. (CASTELLS, 1999, p. 69).

Considerando a interatividade como um processo de reconfiguração das comunicações humanas, podemos pensar a internet como mais uma possibilidade de interação que modifica as relações e os papéis da/o emissor/a e da/o receptor/a, constitui sujeitos de individualidades triunfantes e com a necessidade de sentir-se identificados com os outros.

Segundo Marco Silva (2002) a esfera comunicacional passou da modalidade massiva para a modalidade interativa, o controle remoto, o *joystick*, o *mouse* e o *wifi* possibilitaram a mudança na maneira pela qual o indivíduo reage e interage com a mídia e com o social. Nesta sociedade em rede que tem como base a esfera comunicacional interativa não há possibilidade de um avanço para a ciência sem o avanço da perspectiva transdisciplinar de um “pensar complexo”, compreendendo os sistemas de significação do mundo como algo que se constitui dentro da cultura, da linguagem e do poder, numa rede mutável, aleatória e incerta. (MORIN, 2011)

Neste contexto, as juventudes estão passando por esta “mutação perceptiva”, transitando entre a “percepção tradicional” (estática, linear) e a “colagem de fragmentos” (interconexão de textos audiovisuais e uma extensão real-virtual, do alcance do clique ao mundo). As mudanças comportamentais e comunicacionais permeiam nosso cotidiano de maneira quase irreversível.

A atual computação social, também conhecida como Web 2.0, possibilita a construção de espaços inclusivos, transparentes e cosmopolitas, não garantidos *a priori*, mas com fortes potenciais para agenciar lutas, desejos e ações. Um espaço não apenas a ser lido, mas também escrito coletivamente. Assim, a computação social aumenta “as possibilidades da inteligência coletiva e, por sua vez, a voz do povo” e a ideia de democracia passa a ser entendida como ciberdemocracia “um tipo de aprofundamento e de generalização das abordagens de uma livre diversidade em espaços abertos da comunicação e de cooperação” (LEMOS; LÉVY, 2010, p. 14 e 54).

Os princípios da cibercultura são apontados como responsáveis por novos aspectos do espaço público e privado que evocam a ciberdemocracia. Leia-se aqui: Liberação – uma reconfiguração entre lugares de fala dos polos de emissão e recepção, sendo indicado como um dos maiores responsáveis por uma nova esfera pública; Conexão e Conversação Mundial – uma inteligência coletiva, sendo a responsável por transformar o computador pessoal em coletivo, promovendo ações conjuntas e interconexão; Reconfiguração – um aumento da capacidade de comunicar e circular, as quais refletem na disseminação de liberdade e, consequentemente, aumento do nível de democracia.

Sob estes princípios, um espaço coletivo de transformação torna-se possível a partir de instrumentos que não cessam de serem atualizados. Buscando evitar uma leitura incauta e rasa sobre as novas tecnologias, escolhemos tratá-las enquanto espaços possíveis de territorialidade do outro. Ainda que a noção de território seja polissêmica, ultrapassando a concretude física de um espaço delimitado, aqui inscrevemos seu sentido exatamente no movimento que ela convoca, na relação com o outro e em novas formas de habitar o mundo: “Meu corpo está, de fato, sempre em outro lugar, ligado a todos os outros lugares do mundo e, na verdade, está em outro lugar que não o mundo” (FOUCAULT, 2009, p.14).

Os dispositivos móveis apresentaram a possibilidade de expandir o território comunicacional, melhorar a visualização do cenário político, movimentar o espaço urbano e mostrar como a liberação da palavra na *Internet* pode transformar a opinião pública em produção cultural e política através das redes sociais virtuais. Sob tal ótica, a cidade passa a ser uma cibercid@de. Nestes territórios móveis – celulares, *notebook*, *Internet* portátil, instrumentos sem fio, etc. – a palavra também se torna fluida e a dimensão comunicacional vai marcando uma mobilidade nômade, a qual convoca a um deslocamento dos corpos e da produção de conhecimento.

Guattari (1992) já bem o enunciava ao apontar os desafios que nos convocam à “restauração da cidade subjetiva”, possibilidade aberta por agenciamentos maquínicos onde homem-tecnologia não são apenas um par antitético e contraditório, mas potências em conjunção engendrando novas subjetividades.

Essa subjetividade em estado nascente – o que o psicanalista americano Daniel Stern denomina o “si mesmo emergente”-, cabe a nós reengendrará-la constantemente. Não se trata mais aqui de uma “Jerusalém celeste”, como a do Apocalipse, mas da restauração de uma “Cidade subjetiva” que engaja tanto os níveis mais singulares da pessoa quanto os níveis coletivos. De fato, trata-se de todo o porvir do planeta e da biosfera. Re-singularizar as finalidades da atividade humana, fazê-la reconquistar o nomadismo existencial tão intenso quanto o dos índios da América pré-colombiana! Destacar-se então de um falso nomadismo que na realidade nos deixa no mesmo lugar, no vazio de uma modernidade exangue, para aceder às verdadeiras errâncias do desejo, às quais as desterritorializações técnico-científicas, urbanas, maquínicas de todas as formas, nos incitam. (GUATTARI, 1992, p.167)

Segundo Manuel Castells (2013), estas mobilizações são compostas por jovens (entre 14 e 17 anos) que têm como ferramenta de articulação as redes sociais virtuais. Os smartphones, que proporcionam um permanente *on-line*, são o meio de comunicação e de registro das ações, a arma de luta destes ciberativistas na construção de espaços de aprendizagem política e social, de autorepresentação e de coletividade.

O que as marchas, manifestações, ocupações e protestos que ocorreram ao longo de 2011, 2012 e 2013 têm em comum: São articuladas via redes sociais, internet e celulares; são compostas por manifestantes que não tem necessariamente uma Ideologia Política (a adesão é a uma causa, ou mais de uma, e não à Ideologia de um grupo) e não pertencem a um grupo específico (político ou não) e por isso não tem ligação Política partidária (mesmo que entre seus manifestantes haja pessoas ligadas a algum grupo político); as manifestações ocorrem à margem não apenas de partidos mas também de sindicatos; os protestos têm grande visibilidade na mídia em função do grande número de contingente que consegue agrupar; a Democracia é um dos eixos articuladores das marchas, em seu sentido e exercício pleno; são espaços de aprendizagem que se produzem a partir de uma vivência e experiência, no sentido de uma educação não formal; contribuem para a construção de uma nova cultura política (GOHN, 2014, p. 74-76)

Nas ocupações a base das reivindicações é a discussão da democracia, ou melhor, da crise da democracia representativa e a dificuldade desta em se articular com uma democracia direta on-line, constituindo-se como movimento político apartidário, mas não antipartidário, que luta pelo bem comum, pela coletividade e pela atuação mais eficiente do Estado no atendimento à população. Uma nova forma de “fazer sociedade” através da construção com novas ferramentas diante de um cenário menos opaco política e culturalmente.

3 DAS REDES SOCIAIS PARA A ESCOLA: DO CUIDADO À OCUPAÇÃO DE SI

Segundo Michel Maffesoli (2012), nas comunidades da pós-modernidade, constitui-se um novo social a partir da saturação do culto ao indivíduo e a emersão do sentido de “estar junto”. Estaríamos em um tempo de “reencantamento do mundo”, proporcionado pelas tecnologias através das ciberculturas, onde ao mesmo tempo somos sujeitos de “individualidades triunfantes” e sentimos necessidade de nos identificarmos com os outros, de estarmos inseridos em comunidades, em tribos.

No contexto, do espaço virtual tem se manifestado o desejo de estar junto, onde o vínculo social é ao mesmo tempo sólido e pontilhado. Emerge uma sociabilidade formada pelo “imaginário lúdico ou onírico”, que nos permite interagir e compartilhar, onde se pode perceber o “desejo de comunhão” e a potencialização para “mobilização”, como capacidade de pessoas agirem juntas mesmo sem se conhecerem. Assim, as tecnologias podem estar contribuindo para

uma nova ligação: estar, sempre, em contato, em união, em comunhão, ser antenado. [...] o ‘ciberespaço’ é um laço, de contornos indefinidos, infinitos, onde, de uma forma matricial, se elabora o encontro com o outro, onde se fortalece o corpo social. (MAFFESOLI, 2012, p. 98)

George Simmel (2006) no começo do século XX constrói o conceito de sociabilidade a partir da afirmação de que uma sociedade existe na interação dos indivíduos em seus contextos sociais. Este conceito analítico ajuda a pensar como a satisfação do “estar junto” no ciberespaço pode produzir um “impulso de sociabilidade”, onde seja possível o indivíduo assumir fazer parte de algo social e compreender as (rel)ações dinâmicas que ocorrem nas redes sociais.

A mediação dos conflitos nas sociedades da modernidade líquida (Bauman, 2001) ocorre no jogo entre a estética da convivência e uma ecologia informacional, na busca pela ética ambiental e política para a construção de novas condições de “viver juntos”. André Lemos e Pierre Lévy (2010) corroboram com a afirmativa quando nomeiam como elementos do caráter da cibercultura: a interconexão, a criação de comunidade e a inteligência coletiva. E como princípios: a liberação da palavra e do polo de emissão, a conexão e a reconfiguração social. Estando diretamente ligados aos princípios mencionados anteriormente, a liberação da palavra e do polo de emissão, a conexão e a reconfiguração social referem-se à construção de relações dinâmicas em espaços mútuos de troca e cooperação, onde o terceiro elemento propõe um conhecimento plural, onde os sujeitos deixam de saber enquanto bem individual, passando a produzirem espaços de saber coletivo.

As sociedades do século XXI caracterizam-se pelo reforço do processo de modernização pautado pelo avanço da ciência e da tecnologia como o objetivo de controlar os fenômenos naturais, de afirmar a autonomia da subjetividade e de intensificar as redes de comunicação e o acesso ao conhecimento. Hoje, o acesso é estar conectado e o almejado “progresso” não é mais assegurado pelas “grandes narrativas” (leis da história), mas pela onipresença das tecnologias digitais, da economia do conhecimento, das indústrias de entretenimento ou da cultura de consumo, incorporados nas mais diversas esferas.

A partir disso, podemos ser capazes de construir condições para produzirmos registros individuais e coletivos que garantam um conhecimento crítico das sociedades da hipermodernidade. Uma das grandes mutações da democracia pode ser “de uma lei, de uma justiça e de um governo planetários capazes de regular a economia mundial, de preservar o ecossistema terrestre e garantir a liberdade, trabalhando para reduzir as misérias e injustiças.” (LEMOS; LÉVY. 2010, p. 171).

A atualidade tem imprimido uma crescente quantidade e velocidade de textos, imagens e sons que nos interpelam, impõem a publicização do privado, como uma forma de dominar, de lidar com o outro (público) cercado de sentido, inscrevendo-se no social. Nesta relação, a produção destes espaços coletivos de conhecimento está diretamente atrelada ao processo de escrita no ciberespaço, que surge convocando ao autor uma espécie de força coletiva e anônima. Ao mesmo tempo em que testemunhamos a produção de muitas opiniões e a fomentação de ideias, não enxergamos um sujeito único, mas um jogo de signos.

Como aponta Michel Foucault (2009, p.268) sobre o apagamento do autor na contemporaneidade, “trata-se da abertura de um espaço onde o sujeito que escreve não pára de desaparecer”. Mais adiante este mesmo autor nos provoca sobre o que pensar dessas tecnologias de si na sociedade contemporânea: “a escrita constitui uma experiência e uma espécie de pedra de toque: revelando os movimentos do pensamento, ela dissipa a sombra interior onde se tecem as tramas do inimigo” (FOUCAULT, 2006, p.145).

Michel Foucault, analisando um dos textos mais antigos da literatura cristã, que traz pistas sobre a função da escrita na cultura filosófica de si antes do cristianismo, desenvolve a ideia da ‘escrita de si’ para pensarmos a relação do sujeito com sua existência. A escrita de si envolve um ciclo de exercícios: um grau de análise do próprio movimento do pensamento, uma estreita ligação com uma grupalidade – com companheiros –, e uma prova da verdade. Ela convoca para o olhar sobre si, o olhar do outro e um olhar sobre a

história. Independente de como ela está localizada, tendendo mais para um ciclo ou outro, uma questão é central: a escrita propõe uma relação de cuidado de si.

Em relação a este aspecto, cabe abriremos um parêntese conceitual voltando-nos para outros escritos de Michel Foucault (2010, 2011). Em seus últimos anos proferindo cursos no *Collège de France*, o filósofo voltou-se para o estudo da cultura filosófica de si a partir das práticas socrático-platônicas e filosofia helenístico-romana até o ascetismo cristão. Para ele, olhar a configuração da experiência de si configurava-se um estudo das transformações na cultura ocidental das relações consigo mesmo.

Tomando a ideia do “Cuidado de Si” como algo ligado a status econômico-político-social da sociedade greco-romana (somente privilegiados poderiam ocupar-se de si), essa noção passa por quatro viradas ontológicas. Em um primeiro momento “cuidar de si” diz respeito a uma pedagogia política da libertação, um processo socrático de conhecimento de si, um exercício de autoformação do sujeito que busca atingir certo modo de ser, uma liberdade individual. (FOUCAULT, 2006)

Posteriormente, quando da filosofia helenístico-romana o “cuidar de si” passa a referenciar um conjunto amplo de práticas, tendo na relação com o outro, uma de suas forças: há um guia (*hegemón*) que leva para a prática do cuidado de si (surgimento da noção de terapêutica – de um mestre da memória que possibilita ao outro encontrar-se consigo mesmo). Este guia só é possível dentro de um modelo comunitário (*communitas* como contágio com o outro), onde o outro “já não pode ser operador de sua própria transformação e nisso se inscreve agora a necessidade do mestre”, aquele que permitirá “ao outro conduzir-se como convém”. (FOUCAULT, 2010, p.117-142)

A terceira virada diz respeito àquela do condutor de almas do cristianismo, onde um sujeito mais próximo da verdade determina uma série de técnicas de si (práticas ascéticas de purificação) que levam a um conhecimento a si mesmo. Por fim, Michel Foucault nos apresenta que, com a chegada da modernidade, há uma transposição do ascetismo cristão para uma valorização do conhecimento de si visando o alcance a uma verdade. O acesso à verdade torna-se, desta forma, a dimensão que toma conta da experiência do sujeito moderno.

Neste cenário, instituições surgem tornando imóveis e fixos o processo de conhecimento, estratificando as estruturas relacionais e produzindo uma sociedade onde a ênfase pela busca da verdade toma conta, sem o exercício de um ocupar-se de si. Nesta relação desmembrada, a direção da consciência ocorre por um processo vertical de poder

(pais, professores, políticos governam os jovens) onde preocupa-se mais uma racionalidade produtiva, do que uma experiência ética consigo e uma prática de liberdade.

Neste ponto, Michel Foucault (2006) chama atenção para a relação entre liberdade e ética. O autor nos convoca para questionarmos a forma como habitamos o mundo e, principalmente, sobre o que é possível ser. Para isso, a produção de conhecimento deve passar por uma experiência ética do cuidado de si – processo de vivências e trocas que constitui a subjetividade. É preciso ocupar-se de si, problematizando a sua própria constituição histórica em relação aos jogos de verdade. Nessa quarta virada, o “cuidado de si aparece como uma condição pedagógica, ética e também ontológica (...). Constituir-se como sujeito que governa implica que se tenha se constituído como sujeito que cuida de si” (FOUCAULT, 2006, p. 278).

Porém, se para cuidar de si é preciso ocupar-se de si mesmo, recolhendo-se em si e atingindo a si mesmo, como resolver o paradoxo apresentado por Foucault (2006, p.149) “como se confrontar consigo por meio da ajuda de discursos imemoriais e recebidos de todo lado?”, processo que certamente a mídia digital lança sobre os sujeitos. Nesses termos, não acreditamos que os espaços virtuais favoreçam esse exercício. Afinal, ainda que possamos falar do espaço virtual enquanto produtor de práticas de liberdade, enquanto exercício ético, cabe também ressaltar o quanto as redes sociais também produzem uma retórica exarcebada de posicionamentos acríticos, interações violentas e segregantes, e uma contínua sobreposição de informações e interações. Dentro dessa perspectiva, encontramos autores (HART, 2004; ROMÃO-DIAS, 2001; ROSADO & TOMÉ, 2015; SANTAELLA, 2004, 2010) que propõem uma análise dialética voltada à produção de subjetividades contemporâneas marcadas por essa tecnologia, onde o espaço virtual passa a gerir novas subjetividades em contínua mutação.

Se tomarmos a ótica foucaultiana para pensar a produção de sujeitos na relação com aparatos virtuais, nos aproximamos de outros estudos (COSTA, 2005; MOTA, 2012; RALEIRAS, 2009) que provocam um deslocamento na visão maniqueísta sobre o espaço virtual (aspectos positivos e negativos, ou ainda em pólos de efeitos bons vs. ruins das redes sociais) e passamos a compreender a história das práticas virtuais como Foucault (2002) toma a história do sujeito: a partir de suas próprias contradições um campo de tensão e luta. Pensar dessa forma significa analisar o uso dos espaços virtuais enquanto campos político-estratégicos que indicam como transformações do discurso dizem de um conjunto complexo da produção de subjetividades: a coexistência dos sujeitos e suas relações com as coisas. O espaço virtual, assim possibilita pensar a narrativa das juventudes enquanto experiência limite de uma ontologia histórica sobre nós mesmos.

De tal forma, problematizamos o espaço virtual como lugar em que são possibilitadas diversas práticas políticas e éticas que emergem com o uso das redes sociais. Nesses termos, as postagens (textuais ou imagéticas), podem surgir também como uma escrita para se expressar, se conhecer, se sociabilizar e constituir-se como sujeito; aonde escrever torna-se “mostrar-se”, dar-se a ver, fazer aparecer o rosto próprio junto ao outro” (FOUCAULT, 1992, p. 151). A produção e articulação da narratividade das juventudes através da escrita de si nas redes sociais surgem, desta forma, fixando o tempo. Assim, a narrativa – as inquietações, segredos, interesses, medos, prazeres – tornam-se história.

Se compreendermos que as redes sociais virtuais possibilitam também esse exercício pessoal de leitura e releitura de si por si mesmo e uma abertura de si mesmo ao outro, esta “escrita de si” pode desempenhar um papel importante que ultrapassa o compartilhamento intenso de informações ou pontos de vista, mas que lança um o olhar sobre si, o olhar do outro e um olhar sobre a história – um compartilhar de projetos e de afetos e modos alternativos de viver. A “escrita de si” é uma das formas de materializar a experiência ética enquanto prática de liberdade. A manifestação da liberdade passa, assim, a ter efeito no momento em que a produção de conhecimento é forçada ao seu limite. Dito de outra forma, questionando as formas pelas quais os sujeitos são coagidos dentro de um dado regime de verdade, as formas de ordenação contemporâneas rompem-se.

As articulações comunicacionais e políticas desenvolvidas entre estudantes, professor@s, responsáveis e outros coletivos, externos à comunidade escolar e ligados à juventude motivaram a permanência na militância social, promoveram a conscientização social e política, possibilitaram a aprendizagem de perceber uma nova maneira de viver e potencializaram a prática da sociabilidade e do cuidado de si.

Nas ocupações, estudantes que mesmo sem experiência em participação em movimentos sociais, reivindicaram protagonismo na condução de suas iniciativas, tornam coletivo do espaço escolar e constituíram novas dinâmicas comunicacionais, culturais e políticas. Tal processo se aproxima do projeto de multidão e da produção do comum que Michael Hardt e Antonio Negri (2005) propõem, quando estes conceitos dizem de um exercício social e político dos sujeitos, onde sua emancipação política se dá através de lutas. A produção do comum, nesse sentido, convoca-se enquanto movimento para além do público ou privado, carregando potência de criatividade e comunicação democrática.

o comum indica uma concepção que não compreende a humanidade como um agente explorador ou proprietário, mas que se detém em práticas de interação, cuidado e coabitação em um mundo compartilhado, resistindo à privatização das riquezas resultantes e produtoras de imaginação, comunicação, afetos. (RENA, 2015, p.227).

Um convite aberto para a colaboração e compartilhamento de novas formas de habitar o mundo, de ocupá-lo. Nestes termos, o “Ocupa 1º de Maio” parece propor uma nova forma de ação política ao promover, nas dependências da escola, um novo fazer pedagógico através: das rodas de conversa sobre “Movimentos Sociais e sua relação com os Direitos Humanos”, “Movimento Estudantil e Ditadura”, “Respeito às Diferenças: falando gênero e sexualidade na Escola”; das seções de cinema e reflexão sobre feminismo - “As Sufragistas” e ditadura no Brasil - O Ano em que Meus Pais Saíram de Férias”; das assembleias semanais; das participações nas manifestações e bloqueios de ruas; da organização das tarefas diárias; da troca de experiências e posicionamentos com outras escolas ocupadas através de refeições coletivas, saraus e festas.

Como exemplo deste fazer político-pedagógico trazemos a experiência da Escola Normal 1º de Maio, a partir dos espaços – mesa redonda intitulada “Respeito às Diferenças: falando gênero e sexualidade na Escola” (11/06/2016) e debate do filme “As Sufragistas” (31/05/2016). Nestas duas oportunidades de construção do conhecimento político e social foi possível vislumbrar a potencialidade desta mobilização como produtora de um novo sentido de pertencimento, onde @s estudantes puderam compreender que seus interesses e necessidades podem reorganizar e planejar um outro tipo de escola, mais participativa e democrática.

Os protestos nas ruas organizados pel@s estudantes, como o fechamento da Avenida Cairu (03/06/2016), possibilitaram um aprendizado sobre a organização e formas de luta de um movimento social e promoveram uma maior politização d@s estudantes. Assim como, a distribuição das tarefas para alimentação, cuidado com a escola e a convivência propiciaram a compreensão da alteridade e das relações solidárias.

A proposição de atividades, a participação e organização das tarefas e dos protestos permitiram a experiência da liberdade de se expressar e de agenciamento, possibilitando a desconstrução dos discursos homofóbicos, racistas e sexistas. Durante os debates foi discutida a importância das temáticas sobre gênero e sexualidade serem tratadas na escola devido a situações de preconceito que estudantes ainda sofrem por parte de colegas e professor@s.

A desconstrução dos modelos padronizados não ficou somente restrita à instituição escolar, também entrou nas discussões o questionamento voltado a certos mecanismos midiáticos: o modo que a mesma se posicionava diante dos acontecimentos políticos e, principalmente, das ocupações das escolas Brasil. @s estudantes deram visibilidade para a distorção dos fatos e apoio da mídia hegemônica ao governo Sartori, onde certos acontecimentos eram relatados diferentemente do que vivenciavam os jovens nas ocupações. Um exemplo disto foram os discursos envolvendo a manutenção da escola: enquanto os jovens mantinham a organização do local, publicações locais os identificavam como vândalos que depredavam o patrimônio.

A forma de contrapor a abordagem da grande mídia foi a página do *Facebook* “Ocupa 1º De Maio”, onde postavam fotos das atividades diárias e dos protestos, textos informativos sobre as ocupações, vídeos das mobilizações em outras escolas e da intervenção da polícia militar. De acordo com @s alun@s estas postagens ajudaram a trazer apoio d@s responsáveis, d@s professor@s e de colegas para a ocupação e também modificaram o posicionamento d@s internautas nas redes sociais, criando uma rede de mobilização a favor das ocupações estudantis. No mesmo ritmo em que notas de apoio à ocupação foram emergindo, também brotavam comentários e reportagens em que pessoas mostravam-se hesitantes quanto ao movimento, ou radicalmente contra as proposições dos secundaristas. Enquanto a presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Carina Vitral, proclama total apoio aos secundaristas, considerando o movimento como estopim para um novo modo de fazer política no país, de forma não excludente e não segregante, dentre aqueles contrários às ocupações, Kim Kataguirí, líder do Movimento Brasil Livre (MBL), qualifica-as como processos ilegais e inconstitucionais por impedir a frequência às escolas.

Nesse campo tenso de disputas, é possível notar o quanto vão sendo construídos discursos dicotômicos sobre as ocupações, geralmente marcando as subjetividades juvenis a partir de dois pólos: manifestantes *versus* vândalos. Encontramos esse discurso presente desde o início das Jornadas de Junho, identificando-se na sociedade brasileira a produção de narrativas que estratificam os jovens que compõem as ocupações. A linha divisória entre tais grupos geralmente é marcada pela violência e repressão àqueles determinados sob o signo do perigo social. Tal processo diz de um regime de inteligibilidade no qual divide-se a população entre padrão e desvio, uma curva da normalidade que passa a delimitar subjetividades conforme um sistema de normas e conceitos apriorísticos. Para cada nova forma de habitar o mundo e questionar práticas governamentais, um processo que vêm categorizar sujeitos: “pertence às relações de poder que assinalam de antemão o que se qualificará ou não como verdade, o que irá ordenar o mundo conforme modos regulares e

reguláveis e o que será ou não aceitável dentro de determinado campo” (Butler, 2013, p.171).

Para mapear quais grupos são considerados aceitos basta acompanhar as tecnologias midiáticas em reportagens sobre as manifestações. Enquanto certos protestos foram acolhidos pela mídia e ‘protegidos’ por forças policiais⁴, outros movimentos eram retratados como afrontas ilegais e, portanto, criminalizados: *black blocks*, secundaristas, participantes de ocupações urbanas e moradias irregulares, movimentos sociais de periferias, população LGBTTT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros). No decorrer dos últimos anos grupos sociais, marcados por seu caráter transgressor e denunciante às formas desiguais expressas nos modos de governo, foram rapidamente cooptados por políticas estatais inclusivas e repressivas.

Além do aumento da força repressora, notou-se uma propagação dos discursos moralistas religiosos, principalmente ancorados pelo fortalecimento de bancadas conservadoras no Congresso Nacional. Uma luta de espaços e discursos: manifestações protagonizadas pelos movimentos sociais propagavam-se pelo país ao tempo em que também se testemunhava um aumento de protestos a favor da família tradicional, representantes da bancada evangélica, de grupos neopentecostais e apoiadores da intervenção militar. A querela binária sobre manifestante e vândalos, cidadãos de bem e grupos considerados ‘amorais’, reproduz-se com força.

Portanto, ao tomarmos o movimento da “Ocupa 1º de Maio”, o pensamos enquanto prática resistente diante de territórios estratificados. Ao analisá-lo em ressonância com as outras ocupações que vêm se espalhando pelo território brasileiro, compreendemos a ocupação enquanto espaço que potencializa o estar junto, a participação cotidiana para a construção da ação coletiva, a horizontalidade nas interações, o protagonismo, as fruições culturais e o reconhecimento do outro. Ainda que as ocupações não garantam por si só ou de modo homogêneo tais movimentos de singularização, elas são essas frestas no próprio capitalismo, espaços de contágio e disseminação dessa “democracia por vir” que nos impulsiona.

A ‘democracia por vir’ não significa uma democracia futura que um dia será ‘presente’. A democracia nunca existirá no presente; ela não é presentável e tampouco uma idéia regulativa no sentido kantiano. Mas existe o impossível, cuja promessa de democracia inscreve – uma promessa que corre e sempre deve correr o risco de se perverter em ameaça (...) o conceito herdado de democracia é o único que acolhe bem a possibilidade de ser contestado, de contestar a si mesmo, de se criticar e aperfeiçoar indefinidamente. (DERRIDA, 2003, p.130)

⁴ <http://www.cartacapital.com.br/politica/ha-dois-tipos-de-policia-nas-manifestacoes>

Isso equivale a dizer que, mesmo no contexto de obliteração de subjetividades efetivamente criativas e desejantes, golpeadas que são constantemente pelo capitalismo contemporâneo, é possível singularizar no cotidiano, fomentando e favorecendo pequenas práticas que sejam focos de criação e de experiências de vida enriquecedoras das relações das pessoas com o mundo. Em sua crescente expansão, é próprio do capitalismo oferecer riscos para si mesmo, abrindo frestas, fendas, fissuras, a força propulsora dos processos de singularização. (CAIAFA, 2000).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As tendências conservadoras têm dominado ações políticas, econômicas e sociais. A Educação, como instituição, vem sofrendo retrocessos, um reformismo tecnicista e higienizador, o exemplo disto é a “Base Nacional Comum Curricular”, a “Escola Sem Partido”, a Reforma do Ensino Médio e a PEC 241(atual PEC 55 no Senado Federal), que têm por objetivo privatizar o Sistema Público de Educação e despolitizar educador@s e educand@s, desvalorizando o trabalho docente e modelizando a educação.

Ora, apesar de toda a técnica desenvolvida de apropriação do espaço, apesar de toda uma rede de relações entre saberes que nos ajuda a delimitá-lo ou formalizá-lo, o espaço contemporâneo não foi ainda totalmente dessacralizado (...). A nossa vida ainda se rege por certas dicotomias inultrapassáveis, invioláveis, dicotomias as quais as nossas instituições ainda não tiveram coragem de dissipar. Estas dicotomias são oposições que tomamos como dadas à partida: por exemplo, entre espaço público e espaço privado, entre espaço familiar e espaço social, entre espaço cultural e espaço útil, entre espaço de lazer e espaço de trabalho. (FOUCAULT, 2009, p.413).

Exatamente enquanto contestação destes espaços binários que as ocupações vêm insurgindo. A ocupação das escolas brasileiras pel@s estudantes é um movimento autônomo que tem como palavra de ordem “Ocupar e Resistir”, uma nova forma de fazer política social onde se promove não somente resistências, mas (re)existências e coexistências. Esta mobilização tem como característica a atuação em rede, com pautas, demandas e formas de atuação que se desterritorializam rapidamente.

Um movimento social sem sede, sem corpo diretivo, que atua mais virtualmente e com pautas revitalizadas, como a luta contra as ditaduras. As juventudes trazem suas escritas múltiplas, impossibilitando respostas únicas e padronizadas, desafiando as políticas de controle conclamam o direito de aprender na diferença. São heterotopias.

Para pensarmos as ocupações sob esta ótica, seguimos as pistas que Foucault (2009, 2013) nos apresenta quanto aos princípios das heterotopias: são plurais e não universais (não há uma única forma); têm uma função diversa da original (profanam o uso higienizado para o qual foram designadas); conseguem sobrepor em um só espaço, vários espaços que a princípio seriam incompatíveis; estão ligadas a um jogo com o tempo (não há uma definição) em suas versões mais fugazes, transitórias, passageiras; têm um sistema de abertura e encerramento (não são totalmente acessíveis como um lugar público); e, enfim, estão conectadas a um espaço que sobra, um lugar outro.

As ocupações são estes espaços, contraespaços, que ligam-se à passagem de uma transformação. No momento em que elas vêm romper com a lógica higienista de uma educação sulcada e estratificada, as ocupações se tornam coletivos singulares cujas funções dessacralizam a relação entre escola e política, entre juventude e sociedade, as ocupações tornam-se espaços outros. Não são ilhas de ações simplesmente contrárias a algo, mas espaços interpemeados por todos os outros espaços que elas contestam, que nelas reverbera descontinuidades e rupturas: “entretêm em si não uma relação de divisão como interioridade/exterioridade, margem/centro, público/privado, mas um jogo formal de diferenciação e reverberação, em suma, no registro da comunicação” (FOUCAULT, 2013, p.49).

Estas só passam a serem possíveis quando de sua relação com os espaços virtuais: onde há justaposição em um lugar real de vários espaços que, à princípio seriam ou deveriam ser incompatíveis (FOUCAULT, 2013). Quando jovens, professores, pais e funcionários encontram-se no processo de criação daquilo que passa a ser atualizado como educação, isto se torna resistência “fazendo com que as linhas de liberação e dominação, de controle e de escape se misturem e se confundam” (AZAMBUJA & GUARESCHI, 2007, p.445). Como um terreno de enfrentamento, as ocupações passam a nortear a criação enquanto dispositivo para a produção de conhecimento.

Ao mobilizar o estar junto, visibilizando a necessidade da participação cotidiana para a construção da ação coletiva, através da reapropriação do espaço escolar, da horizontalidade nas interações, do protagonismo, das fruições culturais e do reconhecimento do outro, as ocupações agenciam ambientes de aprendizagem que quebram padrões e rearranjam modos de existência. Ocupar-se, assim, torna-se um *ethos*, um modo de fazer ação política retroalimentada pela experiência (sempre agonística e potencialmente criativa) do viver junto.

REFERÊNCIAS

AZAMBUJA, Marcos A.; GUARESCHI, Neuza M.F. Devir vírus. **Revista do Departamento de Psicologia - UFF 19**, nº 2, p. 439-454. 2007.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar., 2001.

BUTLER, Judith. O que é a crítica? Um ensaio sobre a virtude de Foucault. Tradução: G. Dalaqua. **Cadernos de Ética e Filosofia Política 22**. São Paulo: FFLCH: USP, 2013. p. 159-179

CAIAFA, Janice. **Nosso século XXI: notas sobre arte, técnica e poderes**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Tradução de Roneide Venancio Majer. São Paulo, SP: Paz e Terra, 1999. 698 p., il. (A era da informação : economia, sociedade e cultura, v.1).

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**. São Paulo: Zahar, 2013.

COSTA, Rogério. Por um novo conceito de comunidade: redes sociais, comunidades pessoais, inteligência coletiva. **Interface (Botucatu) 9**. 17, 2005. p. 235-248

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Vol.I. São Paulo: Ed.34, 1995.

DERRIDA, Jacques. **Filosofia em tempo de terror**. Diálogos com Habermas e Derrida. In: Giovanna Borradori (Org.) Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

FOUCAULT, Michel. A escrita de si. In: **O que é um autor?**. Lisboa: Passagens, 1992. p. 129-160.

FOUCAULT, Michel. **A psicologia de 1850 a 1950**. (Ditos e Escritos I - Problematização do sujeito: psicologia, psiquiatria e psicanálise. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002. p.133-151

FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos V: ética, sexualidade, política**. Manuel B. Motta (Org.). 2ªed. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2006.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos III: estética – literatura e pintura, música e cinema**. Manuel B. Motta (Org.). 2ªed. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2009.

FOUCAULT, Michel. **A hermenêutica do sujeito** – Curso no Collège de France (1981-1982). 3ªed. São Paulo: Martins Fontes. 2010.

FOUCAULT, Michel. **Do governo dos vivos** – Curso no Collège de France (1979-1980). Nildo Avelino (Org.). 2ªed. Rio de Janeiro: Achiamé. 2011.

GUATTARI, Félix. **Caosmose: um novo paradigma estético**. Tradução Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997.

GOHN, Maria da Glória.. Movimentos Sociais na Contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**. v.16. n. 47. maio/ago. Minas Gerais. 2011. p. 333-351. Disponível em: www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf. Acesso em 01/09/2016.

GOHN, Maria da Glória. **Sociologia dos movimentos sociais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Multidão: guerra e democracia na era do Império**. Rio de Janeiro: Record. 2005.

HART, Keith. Notes towards an anthropology of the internet. **Horizonte Antropológico** 10, n.21. Porto Alegre. 2004.

LEMOS, André; LÉVY, Pierre. **O futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia planetária**. São Paulo: Paulos. 2010. 258 p.

MAFFESOLI, Michel. **O tempo retorna: formas elementares da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Tradução: Eliane Lisboa. 4ª. ed. Porto Alegre: Sulina, 2011. 120 p.

MOTA, Saulo T. **Individualismo conectado: governo de si e dos outros nas redes sociais**. Dissertação de Mestrado em Comunicação e Semiótica. Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2012.

RALEIRAS, Mónica S. C. **Identidade, internet e subjectivação: os sites de redes sociais**.

Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação. PPG Tecnologias Educativas. Faculdade de Lisboa, Portugal. 2009.

RENA, Alemar. O comum, a comunidade e a comunicação; entre Jean-Luc Nancy, Michael Hardt e Antonio Negri. **Revista Lugar Comum 45**. Rede Universidade Nômade 2015.

ROMÃO-DIAS, Daniela. **Nossa plural realidade**: um estudo sobre a subjetividade na era da internet. Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2001

ROSADO, Luiz A. S.; TOMÉ, Vitor M. Nabais. As redes sociais na internet e suas apropriações por jovens brasileiros e portugueses em idade escolar. **Rev. Bras. Estudos Pedagógicos 96** no.242. Brasília. 2015.

SANTAELLA, Lucia. A aprendizagem ubíqua substitui a educação formal? **ReCeT: Revista de Computação e Tecnologia PUCSP 2**, n. 1, p. 17-22, 2010.

SANTAELLA, Lucia. **Navegar no ciberespaço**: o perfil cognitivo do leitor imersivo. 4. ed. São Paulo: Paulus, 2004.

SILVA, Marco. **Sala de aula interativa**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Quartet. 2002. 220 p.

SCHERER-WARREN, Ilse. A política dos movimentos sociais para o mundo rural. **Estudos, Sociedade e Agricultura**. Vol. 15. nº 1.. Rio de Janeiro. 2007 p. 5-22. Disponível em: <http://r1.ufrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/view/280>>. Acesso em 15/08/2016.

ⁱ Revisão gramatical do texto por: Renata Gobbi Silveira, Licenciada em Letras.